

OS 500-ANOS DO BRASIL E OS HISTORIADORES

JOSÉ DONIZETTI RIBEIRO

Os Centros Acadêmicos de História das universidades que oferecem este curso no Estado de Mato Grosso realizarão, no final do mês de abril, o IV Encontro Estadual de Estudantes de História, abordando o tema "500 anos do Brasil: Descobrimento ou Invasão?".

Trata-se, por incrível que possa parecer, de iniciativa quase inédita, na medida em que, até o momento, poucas foram as iniciativas levadas efetivamente a cabo do sentido de se procurar organizar discussões acerca do real significado de alguns dos períodos históricos dos mais significativos para a História do Brasil e do nosso próprio Estado, como os 250 anos de fundação da Capitania do Mato Grosso, por exemplo, que acabou por passar quase despercebido.

Com efeito, nos dias de hoje, a história tende a se tornar um patrimônio comum

Evidentemente que não se trata da defesa de uma postura do tipo comemorativista, como a proposta pela Comissão Nacional Brasil 500 mas, antes de tudo, de não deixar passar as oportunidades das datas

festivas nacionais para uma reflexão crítica acerca dos reais significados dos processos constituintes e constitutivos da sociedade brasileira. Trata-se de uma prática historiadora – que diz do papel social dos profissionais do ensino e da pesquisa nesta área – muito mais importante e significativa do ponto de vista acadêmico que adotar, pura e simplesmente, a atitude negacionista que evita qualquer debate sobre o pretensão e festejado "descobrimento", sob o falacioso e cômodo argumento de "que não podemos pactuar com as pretensões comemorativas das comissões oficiais" criadas para organizar o evento.

Comemorar não, re-memorar é preciso. Não basta desmitificar a farsa, é necessário e urgente a elaboração de farto material, fruto da reflexão crítica e produzido a partir de um amplo debate nacional levado a efeito nas universidades, escolas, sindicatos, associações, para contrapor ao discurso elaborado pelos falsificadores da história – pretensos historiadores – para atender às exigências de um mercado editorial inescrupuloso, preocupado unicamente em atender à demanda crescente de um público consumidor cada dia mais ávido por um tipo de produção que privilegia o fato singular, o pitoresco.

Também por isso, mais que nunca, é preciso que os historiadores procurem dedicar o melhor dos seus esforços na defesa da regulamentação de sua profissão. Não se trata apenas da garantia a uma reserva de saber ou de mercado no ensino da história – argumento privilegiado para postergar a regulamentação – apesar do quadro caótico verificado nas escolas, onde nem sempre o docente encarregado da disciplina possui formação na área, mas de garantir a constituição de espaços institucionais dedicados exclusivamente à produção e socialização do conhecimento histórico, onde ensino e pesquisa se caracterizam pela busca constante do atendimento às demandas sociais de compreensão das questões colocadas pela sociedade moderna.

Com efeito, nos dias de hoje, a história tende a se tornar um patrimônio comum e, por conseguinte – afirmam os historiadores franceses Jean Boutier e Dominique Jülia – "qualquer um pode se tornar historiador, de sua família, de sua cidadezinha, de sua região, de sua profissão, de sua disciplina". O perigo, alerta Pierre Billar, é que no "comércio da história" as "marcas estão muito mal protegidas. Qualquer um pode se dizer historiador. Contudo, nada mais difícil e raro do que ser historiador". Assim, a história, enquanto prática historiográfica escrita de um saber específico, pela ação de amadores e desprotegida por uma regulamentação que incentive, prestigie e estabeleça as regras da profissão, pode se transformar em algo como a "pelada" do fim de semana ou num "karaokê" entre amigos.

Pode-se concordar com o argumento daqueles que advogam que não será a criação de uma legislação regulamentadora que garantirá a autenticidade da produção historiográfica e, tampouco, a qualidade do ensino de história. Também é inquestionável a existência de regras e critérios internacionalmente reconhecidos que credenciam uma obra de história sem aplicação rigorosa das regras de uma profissão, na mesma medida em que um dos fatores definidores da qualidade do ensino da disciplina é a existência de professores bem preparados, com qualificação e permanentemente atualizados, o que se torna quase impossível diante da inexistência legal de historiadores profissionais – com todas as implicações políticas, econômicas e sociais, com reflexos imediatos na definição do mercado de trabalho e rumo editorial que esta ausência acarreta.

Torna-se indispensável, por tudo isto, que a ANPUH - Associação Nacional de Professores de História Núcleo Regional de Mato Grosso, sediada no ICHS/UFMT - entidade representativa dos historiadores no Estado, siga o exemplo dos estudantes (futuros não-profissionais, apesar de estarem cursando uma graduação nacionalmente reconhecida pelo MEC) e organize eventos destinados, sobretudo, à reflexão crítica de problemáticas específicas do conhecimento histórico, mas que aborde também temáticas concernentes à profissão, ao mercado de trabalho e, dentre muitas outras, o papel social do historiador e de seu saber.

JOSÉ DONIZETTI RIBEIRO É MESTRANDO EM HISTÓRIA E TESOUREIRO DO NÚCLEO REGIONAL DA ANPUH - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROFESSORES DE HISTÓRIA.